

UMA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO SÉCULO XIX

O ENGENHO DO MONTE ALEGRE EM PIRACICABA

Quem viaja hoje pela região de Piracicaba pode repousar a vista diante do verde claro dos canaviais que caracteriza a paisagem das regiões ~~xxxxxxx~~ açucareiras. Paisagem que, ao lado das ~~contínuas~~ derrubadas de matas, tem sido uma verdadeira constante em Piracicaba, há quasi dois séculos, pois os primeiros moradores da povoação (178-1767) à margem direita do Rio Piracicaba, logo perceberam a fertilidade da terra que podia permitir produção de cana superior à de Itu. Transferida a povoação para a margem esquerda do rio (31-7-1784), ao longo dele - rio abaixo e rio acima - foram se instalando os engenhos, e dia a dia aumentando a área dos canaviais. Assim, a história de Piracicaba constitui um capítulo importante da economia açucareira.

É praxe, no estudo da História de São Paulo, situar os fatos dentro ou fora do ciclo do café. De tal maneira absorveu as atividades dos lavradores e negociantes, tão grande foi a importância da produção cafeeira, tornando-o o eixo da economia nacional, que, durante o Império os "barões do café" exerceram profunda influência política e social.

Entretanto, a experiência da lavoura cafeeira não modificou o ambiente piracicabano, ou, pelo menos, não o modificou, nem profundamente, nem por muito tempo. Enquanto no vale de Paraíba ou no Oeste paulista o café deu um cunho especial à paisagem, colocando tais regiões dentro de um ciclo econômico perfeitamente definido pela economia cafeeira, na região de Piracicaba a introdução da lavoura cafeeira não chegou a alterar a paisagem com tanta intensidade e nem estabelecer, por muito tempo, lugar de destaque para os fazendeiros de café não chegando, de fato, a substituir o ciclo açucareiro por um ciclo cafeeiro, *a não ser temporariamente.*

Em meados de século XIX contam-se 51 engenhos importantes, além de outros cuja produção é pequena, e apenas 21 fazendeiros plantam café. Além disso, convém notar que destes 21, sete são também senhores de engenho, muito embora seja ponderável a produção de café.

Assim, Piracicaba há de viver sempre sob o signo do açúcar, pela preponderância deste na sua produção agrícola, embora, na realidade, exista uma economia mixta, em que senhores de engenho plantam, além da cana, feijão, milho, arroz, algodão, fumo, mandioca, e possuem certa quantidade de cabeças de gado vacum e cavalariço, além de boa quantidade de porcos.

valho não residia em Piracicaba, onde se localizavam suas terras, pelo menos não em caráter permanente embora possuísse, - em meados do século, um sobrado no centro da Vila.

Baiano de nascimento, filho do patrão-mor da barra José da Costa Carvalho, e de Dona Inês Maria da Piedade Costa (26), diplomado em direito civil pela Universidade de Coimbra, em 1818, voltando ao Brasil, exerceu vários cargos públicos ligados à sua profissão, tendo sido juiz de fora e ouvidor na cidade de São Paulo nos últimos tempos do Brasil-Reino.

Depois da volta de D. João VI para Portugal, em virtude da revolução liberal do Pôrto, sob a regência de D. Pedro, Dr. Costa Carvalho substituiu em 1822, o ouvidor Dom Nuno Eugênio Locis Seilbz, suspenso em setembro de 1821 e remetido para o Rio de Janeiro pelo Governo Provisório (27).

Dr. Costa Carvalho, todavia não pertenceu a este Governo, ligado particularmente ao movimento nacionalista. Pelo contrário, toma parte ativa no movimento que passou para a História, com o nome de "Bernarda de Francisco Inácio", em 23 de maio de 1822, hostil ao governo. Nesse dia, a desarmonia íntima que existia entre os próprios membros do Governo se tornou pública, quando "o povo e tropa" da cidade, insuflados pelo Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, vogal do Governo pelo Comércio, e comandante da força armada, provocam uma sessão improvisada da Câmara, onde se solicita a permanência, em São Paulo, do Presidente, segundo desejo dos amotinados, e se reclama a deposição de dois membros da Junta, isto é, do Cel. Martim Francisco (investido na Presidência por ter o Príncipe Regente chamado ao Rio a Oyenhausen) e o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, vogal do Governo pelo Comércio (28).

O Presidente aclamado, João Carlos de D' Oyenhausen, ex-capitão general, era fortemente sustentado por José Bonifácio de Andrada e Silva, que, sabendo como seus conterâneos eram ligados sempre ao rei e à família real, esperava que respeitassem mais a nova administração, se a mesma continuasse a ser exercida pela pessoa que, originariamente, fôra escolhida pelo Soberano, e que, além disso, soubera fazer-se estimar por suas qualidades pessoais (29). Segundo Saint-Hilaire, os habitantes dos campos consideravam o rei o árbitro supremo de sua existência e de seus filhos, não havendo em São Paulo

São Paulo um só agricultor que não repetisse estas palavras: "Prometiam-nos tanta felicidade com a constituição, e vivemos alarmados com contínuos receios. Cada qual, outrora ficava socegado em casa; agora é necessário abandonar continuamente nossas mulheres e nossos filhos, para irmos apaziguar o Rio de Janeiro ou Minas. Não era melhor ser governado pelo nosso rei e pelo nosso capitão-general que, sozinho, decidia tudo, do que o ser por tanta gente que vive brigando - entre si e mandando-nos de um para outro lado, quando formulamos um pedido, e que nenhuma piedade tem dos pobres?"

Francisco Inácio de Souza Queiroz exercia, como o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, o cargo de vogal do Comércio e Dr. José da Costa Carvalho, então ouvidor em São Paulo, era seu conselheiro. Este, a 21 de maio de 1822, também fôra chamado para o Rio de Janeiro pelo Príncipe Regente através de aviso assinado por José Bonifácio (30). Aviso semelhante, na mesma data, fôra enviado a respeito do Coronel Francisco Inácio.

Assim, muitos elementos que, dando evidentes sinais de patriotismo, favoráveis ao Príncipe Regente, o incitavam contra o governo português, agora hostilizam o novo governo. Costa Carvalho fôra o primeiro a assinar a representação da Câmara de São Paulo, a 31 de dezembro de 1821, que reforça o ofício do governo, entregue ao Príncipe Regente por José Bonifácio e seus companheiros de deputação (31). Entretanto, com Francisco Inácio, encabeça movimento contra o governo, de fundo visivelmente anti-andradista. Sentimento este que se confirmará amplamente nas eleições de 29 de agosto em pleito que "cêrca de quatro quinhões de eleitoradossufraga os nomes dos candidatos "bernardistas"; isto é, adversos aos Andrades : êsse resultado só será mudado pelos sufrágios das outras partes da Província, principalmente da comarca de Itú, que desde o início se mostrara contrária ao movimento de 23 de maio.

Segundo o Professor Sérgio B. de Holanda - (Ob. cit., p. 449) a Bernarda de Francisco Inácio foi uma espécie de prônunciamento hispano-americano que assinala o comêço de uma nova era na sociedade política provincial, - afirmando-se os antagonismos que hão de preparar terreno em São Paulo para o surto e florecimento das organizações partidárias nascidas na Regência.

Extinto o 1º Govêrno Provisório por Carta Régia de 25-6-1822, assumiu o poder um triunvirato que tomou posse a 10 -9- 1822, servindo até 8-1-1823 (27). Este novo - govêrno mandou abrir devassa sôbre os fatos sediciosos ocorridos em maior. Achava-se em Piracicaba, em casa de Vergueiro, a 12 de outubro, o tenente Jaime da Silva Teles, do Primeiro Regimento de Infantaria Miliciana de São Paulo, que era partidário de Francisco Inácio de quem tinha sido guarda - livros. Quando se reuniram os moradores de Constituição, na única residência que podia servir para as comemorações da proclamação da independência, isto é, na casa do dignatário Vergueiro, no Largo da Matriz, e na praça pública se comemorava festivamente a aclamação de D. Pedro I, estabeleceu-se um conflito entre Silva Teles e o povo.

A autoridade em Vila Nova da Constituição, nesse dia, era Domingos Soares de Barros que, chamado por Dona M. Angélica Vergueiro teve dificuldade para reprimir os ânimos imediatamente. Segundo o testemunho do feitor do Monte Alegre, Ricardo Rodrigues, e o do Taquaral, José Antonio, até os escravos desses dois engenhos deviam estar na Vila, a pedido da Dona Maria Angélica, e foi no Engenho do Monte Alegre que Domingos Soares de Barros conseguiu esconder Silva Teles, para evitar conflito maior, pois o povo não cessava de gritar: "morra o Jaime, bote o sapatão para fora", - expressão que significa pé de chumbo, isto é partidário do govêrno português, contrário à independência. Aos piracicabanos em represália, Silva Teles chamava de "caipiras bêbados".

As arruaças em Piracicaba levaram alguns moradores a denunciarem ao ouvidor de Itu, Jaime da Silva Teles, José Inocência, João Pedro Corrêa, José Narciso Coelho e José Maria de Ataíde. Silva Teles e João Pedro Corrêa foram pronunciados pelo ouvidor Medeiros Gomes, por despacho de 22 de outubro, e os outros foram enviados ao Imperador para este determinar o que fôsse de justiça. Jaime da Silva Teles, José Inocência e Narciso Coelho foram presos em Piracicaba e enviados para Itú, de onde foram remetidos a São Paulo. (32).

Dr. Costa Carvalho dedica-se , pois intensamente à política, o que exige sua presença constante na capital da Província ficando o Engenho em mãos de administradores.

A Província da Bahia elegeu-o membro da Assembléia Constituinte mas foi, particularmente, em São Paulo que êle lutou na política, sendo, muitas vêzes , membro de legislaturas (34).

Embora não fôsse orador , sua ilustração e - probidade deram-lhe muita influência dentro e fora da Câmara, fazendo parte do Conselho da Presidência, criado pela Carta de Lei de 20-10-1823, e instalado em São Paulo a 20 de outubro de 1824, funcionando até a segunda metade do ano 1834.

O Consêlho da Presidência era composto de seis membros , os conselheiros, dos quais, o mais votado exercia o cargo de Vice-Presidente da Província. Reunia-se uma vez por semana durante dois meses, período êste prorrogável por mais um quando convocado pelo seu Presidente, que era também o da Província, para decidir assuntos imediatos e relevantes. Suas principais finalidades eram as de fomentar o desenvolvimento agrícola, industrial, comercial, educacional e sanitário, as de estabelecer novas Câmaras e abrir estradas, as de catequizar índios e facilitar a lenta emancipação dos escravos. Seus membros eram eleitos pela mesma forma que os deputados da Assembléia Geral do Império. Extinto pela lei número 40 de 3-10-1834, foi substituído pela Assembléia Provincial, datada de 1835, constituída por 36 membros (35).

Dr. Costa Carvalho foi eleito membro da Presidência na segunda legislatura (1830 - 1833), com Manuel Joaquim de Ornelas, Rafael Tobias de Aguiar, Bispo Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, Diogo Antonio Feijó e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, além de vários suplentes (36).

Membro do Partido Liberal, companheiro de Feijó , Paula Souza, Evaristo da Veiga, Vasconcelos e outros, logo se tornou um dos chefes do partido - partido que reúne gente de Itú, ligada à grande lavoura canavieira, o que faz dessa cidade a pioneira , também do liberalismo. Como diz o Prof. Sérgio Buarque de Holanda, Itú é a pioneira da lavoura comercial e da emancipação nacional (37).

Colocando-se decididamente na oposição, Costa Carvalho funda o jornal "O Farol Paulistano", em 1827, órgão de idéias liberais, tendo como companheiro de redação o seu amigo Antonio Mariano de Azevedo. Já não é mais o bernardista de 1823, mas o protetor das idéias liberais, o defensor de Libero Badaró.

O "Farol Paulistano" tem um nome especial na história da imprensa paulista. Em 1826 o Rio e sete Províncias possuíam jornais, e São Paulo não tinha nenhum. A tipografia que se destinara a São Paulo ficara no Rio para publicar os debates da Assembléia Constituinte, e só em 1827, com as máquinas adquiridas por Dr. José da Costa Carvalho, é que circulou o primeiro jornal impresso em São Paulo, "O Farol Paulistano", a 7 de fevereiro. O jornal destinava-se a chamar a atenção dos cidadãos com " breves, claros e muito simples discursos acêrcada da Monarquia Constitucional, sistema representativo, garantia individual e sôbre tôdas as matérias que convém saber os povos que aspiram ser livres."

Os interêsses principais do jornal seriam os da Província, particularmente o emprêgo dos fundos públicos, e os atos do Govêrno seriam publicados (38). E como publicava os atos oficiais sua assinatura era de grande interêsse das Câmaras Municipais do interior. (39).

Em tôrno de Costa Carvalho gravitam outros antigos bernardistas. São Paulo torna-se um centro político de onde sairão nomes importantes para o cenário da política nacional, e tão forte é a personalidade política de Dr. José da Costa Carvalho que o veremos membro da Regência Trina, após a abdicação de D. Pedro I, em 1831. A seu lado estarão homens da têmpera de Feijó e Vergueiro, como êle ligados à velha comarca de Itú.

Como membro da Regência Trina, Costa Carvalho é obrigado a viver no Rio de Janeiro, até 1833, quando, volta para São Paulo, mas só deixa de fazer parte da Regência em 1835 (cf. Azevedo Marques, ob. cit., t. II, 56). Nêsse ano foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, renunciando em benefício do Estado, à pensão de 4:000 \$ a que tinha direito.

Em 1835 foi também diretor da Academia de Di
reito

reito de São Paulo.

Mas continua essencialmente político, embora nem sempre ao lado dos antigos companheiros do partido liberal. Em 1842, quando sob Tobias de Aguiar e Diogo Antonio - Feijó, liberais paulistas descontentes com a legislação conservadora, irrompe em Sorocaba uma revolução, Dr. José Costa Carvalho estará na presidência de São Paulo, com o título de Barão de Monte Alegre, com que fôra agraciado em 1841. Em 1843 recebe o título de Visconde e em 1854 o de Marquês de Monte Alegre.

o) o (o
o

O DESENVOLVIMENTO DA CANA E DA INDÚSTRIA AÇU
REIRA, BASE ECONÔMICA DA REGIÃO PIRACICABANA,
ATRÁI COMO É NATURAL, NOVOS MORADORES A PIRÁ
CICABA.

.....

Os levantamentos de população, feitos pelos
comandantes das Companhias de Ordenanças, mostram como são -
poucos os "piracicabanos", de fato, pois a maioria declara -
ser de Itú, Pôrto Feliz, Sorocaba, Nazaré, e até mesmo de -
outra Província.

Os maços de população relativos ao ano de -
1822 referem-se a três companhias, das vizinhanças. Aí se -
situam engenhos e fábricas de açúcar. Aí se encontra também
um engenho de Dr. José da Costa Carvalho, cujas informações
são fornecidas por seus administradores, pois o proprietá-
rio, como vimos, vive mais na capital do que em Vila Nova da
Constituição. Nêsse ano, encontramos um administrador de -
engenho, Damião de Souza Nogueira, com a seguinte declaração:
" Produziu 1.000 arrobas de açúcar branco, 550 arrobas de açú
car redondo, 41 canadas de aguardente, 500 alqueires de milho,
130 alqueires de feijão, e 60 alqueires de arroz, com 30 es-
cravos e 3 agregados." Embora a declaração não traga o no-
me do dono do engenho, podemos supor que Damião de Souza No-
gueira era administrador de um dos engenhos de Dr. Costa Car-
valho, nêsse ano, pois no levantamento de 1824, êle novamen-
te aparece, e desta vez como "administrador de Costa Carvalho,
com a seguinte produção : " Açúcar branco 600 arrobas, redon-
do 400 arrobas, milho 400 alqueires, feijão 84 alqueires, a=
arroz 20 alqueires, aguardente 40 canadas, com 28 escravos e
2 agregados". (40).

No mesmo ano de 1824, um outro administrador
de engenho do Dr. José da Costa Carvalho, Antônio Correia de
Almeida, declara : " Produziu : 227 arrobas de açúcar branco,
85 arrobas de açúcar redondo, 40 alqueires de milho, 30 cana
das de aguardente, com 29 escravos." Também Bernardo Guedes,
administrador de Dr. Costa Carvalho, no mesmo ano declara :
"Produziu | 800 arrobas de açúcar branco, 300 arrobas de açú
car redondo, 300 arrobas de açúcar mascavo, 80 alqueires de
feijão, 40 alqueires de arroz, com 51 escravos. (40)

Em 1826 o administrador do Dr. Costa Carvalho, Antonio José da Conceição declara ter produzido : "Açúcar branco 1.600 arrobas, redondo 420 arrobas, mascavo 20 - arrobas, milho 1.000 alqueires, feijão 100 alqueires, café 6 arrobas, aguardente 50 canadas, com 54 escravos.

Um outro administrador do mesmo, declara ter produzido : " 1050 alqueires de milho, 800 arrobas de açúcar branco, 400 arrobas de açúcar redondo, 100 arrobas de açúcar mascavo, 150 alqueires de feijão, 15 alqueires de arroz, 50 porcos, com 50 escravos." O administrador da fazenda de Dr. Costa Carvalho, José da Rocha Camargo, com 59 escravos produziu, nêsse mesmo ano : " 500 arrobas de açúcar branco, - 1.000 arrobas de açúcar redondo, 300 arrobas de açúcar mascavo, 800 alqueires de milho, 150 alqueires de feijão, 10 alqueires de arroz, 70 cabeças de gado, 7 arrobas de algodão, 150 porcos (41).

Em 1828, o administrador de engenho de Dr. Costa Carvalho declara ter produzido 456 arrobas branco, 757 arrobas de açúcar redondo, 226 arrobas de açúcar mascavo, - 1.000 alqueires de milho, 150 alqueires de feijão, 8 arrobas de café, além de 50 éguas, 5 cavalos, 69 vacas, 100 porcos, com 58 escravos." Encontramos agora, o seu antigo administrador Inácio Ribeiro Fernandes com 8 escravos, plantando cana de partido, com sua produção de arroz, milho, feijão, algodão e gado. Um outro administrador da fazenda de Dr. Costa Carvalho, com 9 escravos, declara produção de milho e criação, enquanto, segundo a declaração de Antônio José da Conceição, o engenho, de Dr. Costa Carvalho, nêsse ano, produziu : " 800 arrobas de açúcar branco, 800 arrobas de açúcar redondo, 250 arrobas de açúcar mascavo, 1.500 alqueires de milho, 120, alqueires de feijão, 50 alqueires de arroz, 80 porcos." (42)

Transcrevemos tais dados mais como contribuição ao estudo da economia piracicabana, e talvez, como um subsídio a uma história mais completa das propriedades rurais da região, particularmente do Monte Alegre e do Taquaral, propriedades de Dr. José da Costa Carvalho.

Como os Levantamentos não trazem o nome dos engenhos e da fazenda, é impossível afirmar, no momento, a que tais dados se referem, O inventário de Damião de Souza Nogueira (Cartório de 1ª Ofício de Piracicaba) em 1827, refere-se à quantia de 160 \$ 000 que recebeu da safra de açúcar que tinha no Engenho do Limoeiro", e diga-se de passagem, não parece que tenha se enriquecido, pois seus bens não eram muitos, apesar de 4 escravos no valor de 220 \$ cada um, e uma morada de casas térreas na rua do Pôrto, avaliada em 70\$000".

O administrador Antonio José da Conceição , recenseado em 1826 - 1828 na 1ª Companhia deve administrar engenho nas proximidades da Vila, enquanto José da Rocha Carmargo, recenseado na 3ª Companhia, em 1826 , não como administrador de engenho, mas de fazendas, deve administrar terras situadas mais afastadas do centro urbano, Isto nos leva a admitir que o primeiro seja administrador do Monte Alegre, e cuja situação Rio Acima à margem esquerda do Rio Piracicaba, na vizinhança da Vila parece colocá-lo no rol da 1ª Companhia. Mas na 1ª Companhia está também o administrador de fazenda Manuel Caetano da Siqueira, sem produção, de açúcar, Será esta fazenda parte de terras do Monte Alegre?

De qualquer maneira , o que se vê é uma variedade de produção agro-pecuária que coloca Dr. José da Costa Carvalho como adepto da policultura, e, também, interessado na experiência da lavoura do café, pois aqui já o encontramos, em 1826, a produzir 6 arrobas de café em seu Engenho que produz mais de 2.00 arrobas de açúcar, além de aguardente, milho e feijão. Em 1828 , a declaração é de outro administrador , - diminuiu a produção açucareira, mas aumentou o número de cabeças de gado, e a produção de café é levemente maior, isto é , 8 arrobas.

Deve-se admitir - embora os administradores não sejam os mesmos , - que as terras são as mesmas, pois , não parece provável que haja cafésal nas outras propriedades, pelo menos cafésal já produzindo.

Embora não resida pròpriamente em Piracicaba em virtude de sua intensa vida política. Dr. Costa Carvalho procura se interessar pelos problemas da Vila Nova da Constituição.

Uma das grandes preocupações - anteriores à ereção da povoação em vila - e que se encontra fartamente - documentado na Correspondência da Câmara Municipal - era o sistema de comunicações e transportes. Poucas sessões da Câmara não tratam do assunto.

Sendo grande produtora de açúcar, artigo de exportação, a região de Piracicaba se liga a São Paulo e Santos, sendo a estrada de Cosntituição uma ramificação da estrada de Santos. De acôrdo com a legislação vigente, os proprietários de terras ao longo das estradas devem fazê-las ou conservá-las, e há , ao longo das mesmas ranchos para os tropeiros e viajantes. Este é um aspecto observado pela maioria dos viajantes estrangeiros que percorreram a Província. As distâncias entre as vilas, as dificuldades de transporte, a própria precariedade das estradas contribuíram para a construção de tais ranchos que muitas vèzes, mal servem de abrigo para que foram construídos.

Saint - Hilaire refere-se a ranchos cobertos de telhas, de paredes construídas com terra socada (taipa) entre Campinas e São Paulo, e que são denominados ranchos " reais, construídos à custa da administração pública (43).

Considerando a importância da estrada que liga a Vila de Constituição para Jundiaí, o Presidente da Província, mais de uma vez, manda officiar à Câmara Municipal - "para se por em praça três ranchos na Estrada Nova que vai desta Vila à de Jundiaí". (44). Mais de uma vez foi avaliada a construção dêles, e muitas vèzes, se discutiu nas sessões da Câmara, a sua localização, ehgando mesmo um vereador, Sr. Gurgel, a oferecer , gratuitamente, dentro do rosio , um terreno com seis braças de frente e vinte de fundo, o que não foi aceito, pois nêste caso, deu-se preferênciã à construção de um rancho no Piracicamirim, onde havia água suficiente para as tropas, e comodidades.

A Câmara mostrou-se particularmente agradecida ao Exmo, Govêrno que "fazia o benefício a esta Vila man-

As sesmarias distribuídas durante o século XVIII, quando Piracicaba ainda era uma simples, pobre e humilde povoação à margem direita do rio, situadas, evidentemente, ao longo do Rio Piracicaba, não de servir, em princípio, para o abastecimento da longínqua Iguatemi, e isto lhes dará o feitiço policultor, pois milho e feijão acompanham sempre a incipiente lavoura de cana. E, nos primeiros anos do século XIX, instalados os engenhos, será o número deles uma das razões invocadas pelos moradores de Piracicaba para pleitear a elevação da freguesia à categoria de vila (1).

O tombamento de 1817 acusava para todo o território piracicabano 264 fazendeiros, sendo 35 senhores de engenhos, e 893 escravos (2). Uma "Relação de Terrenos da Freguesia de Piracicaba, principiando pelo lado do Rio Abaixo, margem esquerda(3), assinada pelo Capitão-Mor Francisco Corrêa de Moraes Leite, cita os nomes de tais fazendeiros, denunciando já certas diferenças que caracterizam a freguesia de Piracicaba. ~~A margem do rio~~ " Junto à estrada da Vila de Itu e Parte Feliz", no "Bairro de Lambari e estrada de São Carlos", está a maioria dos engenhos e fábricas de açúcar. Já no "Bairro de Ribeirão das Panelas e Morro Azul" há referência apenas ao engenho de açúcar de Felipe Campos Bueno, com 10 escravos, e às terras de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, "com princípio de canas". No Bairro de Ribeirão da Geada há 13 posses, e nenhuma tem cultura de cana. No Bairro de Corumbataí Acima e no Corumbataí, como no de Araraquara e Primeira Fazenda predominam fazendas de criar, não havendo engenhos.

Já nessa época as terras férteis de Piracicaba tinham atraído a atenção de homens de visão e de fortuna, que, mesmo sem serem propriamente lavradores, procuravam aplicar seus capitais em empresas à base da exploração agrícola, já que a base de nossa economia era ainda a agrária.

Assim, o bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, futuro senador do Império, desde 1807 possuía uma sesmaria em Piracicaba, obtida com seu sogro(4), que seria a origem do Engenho de Limeiro. Em 1814 comprou a sesmaria de Monjolinho, nos campos de Araraquara, terras que o Capitão-General Antônio José França e Horta concedeu por carta de 21 de novembro de 1810 ao Sargento-Mor Felipe de Campos Bicudo e ao Tenente José de Campos Paes. Estas terras e o Engenho de Limeiro constituem uma parte do capital com que Nicolau de Campos Vergueiro entrou numa sociedade agrícola com o Brigadeiro Luiz Antônio de Souza.

A nova sociedade foi estabelecida por tempo indeterminado, segundo consta de uma escritura pública que se encontra no 1º Tabelionato de Piracicaba, a 20 de junho de 1816, e seu objetivo era a criação de animais e fabricação de açúcar. A fazenda Monjolinho e o Engenho de Limeiro representavam a parte de Vergueiro (5).

dando compor a estrada nova que segue para Jundiaí, colocar ranchos para os tropeiros" (45).

Dr. José da Costa Carvão não fica indifferente a êsses problemas.

Convocada em sessão extraordinária de 7 de dezembro de 1829, a Câmara Municipal, para dar cumprimento aos ofícios do Presidente da Província, e muito principalmente sobre a fatura dos ranchos, nomeou uma pessoa para, com o carpinteiro Manoel Dias Ribeiro, fazer o orçamento dos três ranchos, deixando-se um à escolha para o Doutor José da Costa Carvão, segundo seu oferecimento, devendo-se participar a êle para seu governo (46).

Ata da sessão de 9-1-1830 ainda se refere à construção de tais ranchos, "reservando no lugar Piracicamirim que pertence ao Doutor Costa por sua escolha" (47)

Da capital da Província ainda Dr. José da Costa Carvão preocupa-se com outros problemas, e sua opinião é acatada pelos camaristas (48), como foi o caso de se decidir sobre o concerto de uma ponte, prevalecendo a sua opinião de que se devia construir uma nova ponte, em vez de se fazer uma reforma, segundo uma sua carta pelo vereador Botelho.

Compreende-se o interesse de Dr. Costa Carvão, a um tempo político e lavrador. Suas terras do Monte Alegre fazem parte da antiga sesmaria do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, situada junto ao rossio da Vila, e no "caminho do Monte Alegre" aos poucos serão concedidas datas de terras, pois, em meados do século, não obstante o Engenho do Monte Alegre não constituir uma das maiores propriedades agrícolas da região, a sua organização modelar será motivo para receber visitas de viajantes estrangeiros.

Em meados do século a Fazenda Monte Alegre é visitada por Augusto Emílio Zaluer, que viajou pela Província de São Paulo (49). Foi esta a única propriedade agrícola de Piracicaba visitada por êle. Encontrou-o a situação da casa perto do rio Piracicaba, sobre uma suave colina, rodeada de plantações de cana, havendo aí poucos pés de café. Segundo êle próprio, é o Monte Alegre uma das melhores e mais produtivas propriedades agrícolas do município, onde havia horta, e pomar magníficos, cômodas senzalas, bem construídas, em toda parte reinando ordem e disciplina.

problemas

Uma circular do Govêrno da Província enviada às Câmaras Municipais em 1854 pedia esclarecimentos relativos, entre outras coisas, à produção industrial, agrícola e pecuária (50). Em resposta, expondo em primeiro lugar os cruciantes do braço para a lavoura, e sugerindo política de colonizãção - chama a atenção para as dificuldades em se obter escravos, cujo número tende a diminuir em virtude de morte ou velhice - afirmam os edis ser grande a produção de açúcar, café e chá, graças à fertilidade do solo.

Cumprindo as exigências da circular, a Câmara de Constituição apresenta as lista dos engenhos mais notáveis do município. Nesta lista, encabeçada por Luiz Antonio de Souza Barros, com três engenhos, o Visconde de Monte Alegre ocupa o segundo lugar, com dois engenhos, seguido pelo Barão de Itu, também com dois; seguem-se a este 44 propriedades de engenho, cuja produção é acima de 400 arrobas de açúcar, além de outros engenhos com pequena produção.

Na lista dos vinte e um "estabelecimentos de café mais notáveis", encontramos igualmente o Visconde de Monte Alegre, logo em seguida ao Marquez de Valença. Mas não o encontramos na lista seguinte, de produtores de chá.

Segundo uma estatística de 1825 (Artigos exigidos desta Vila da Constituição para formar-se a estatística da Província, Maço 36, Pasta 2, Constituição), Piracicaba possuía 53 fábricas de açúcar, parte destas com alambique assentado, produzindo 64.396 arrobas de açúcar :

"As fornalhas destas fábricas são construídas simplesmente. As caldeiras são assentadas sôbre arcos feitos de tijolos e crivos em cuja cavidade cavidade por um arco em ponto menor que os outros, - que lhe chamam boca, deitam a matéria combustível cuja cavidade segue com diminuição e alguma elevação até avante - onde deita o fumo deste chamam-lhe de ouvido; inferior a outra cavidade aonde fazem depósito de cinzas. Queimam-se nestas fornalhas tôdas as qualidades de madeira. Tempo próprio para seu trabalho é Junho a Dezembro."

Anos mais tarde não seria muito diferente a situação dos engenhos, em geral, como se depreende de muitos inventários, onde, além dos "cobres" que constituem os "pertences" dos engenhos e fábricas de açúcar, só encontramos como instrumentos de trabalho, escravos - cada vez mais caros, pois em meados do século um escravo custará perto de 2:000 \$, quando, muitas vezes, se pagará por uma junta de bois, ----- 100\$000 ou pouco mais e, ao lado dos escravos, apenas enxadas, foices e enxós.

Entretanto, quando o Engenho do Monte Alegre foi visitado por J.J.von Tschudi (51), pouco depois da morte do Visconde de Monte Alegre, uma das grandes surpresas será o arado, instrumento para o amanhã da terra quase desconhecido em toda a Província.

Infelizmente, os documentos por nós examinados, até agora, não especificam a produção por área, ou por propriedade agrícola. Os dados fornecidos ao Governo Provincial pela Câmara são, mais ou menos os mesmos que o Delegado de Polícia apresentou em seu Relatório em 1852 (52). Neste relatório o café ainda não apresenta uma situação muito importante no total da produção agrícola do município. Evidentemente, as terras férteis como as da região favorecem a lavoura do café, produto altamente rendoso e de fácil colocação no mercado mundial, mas ainda levará algum tempo para suplantar, no município de Piracicaba, a produção de açúcar.

Uma relação de 1856 apresenta ainda 44 Engenhos com produção superior a 400 arrobas de açúcar. As duas fábricas de açúcar do Marquês de Monte Alegre produzem 12.000 arrobas, enquanto as três de Luiz Antonio de S. Barros produzem 11.000 e o Barão de Itú produz, nos seus dois engenhos, 8.000 e Antonio José da Silva Gordo 7.000. Os outros produzem de 500 a 4.000 arrobas de açúcar.

Dos 41 produtores de café relacionados nesse ano, o maior produtor é Luiz Antonio de Souza Barros, cujas duas fazendas produzem 10.000 arrobas. A não ser Felix Antonio Alves, que produziu 3.000 arrobas, os outros todos não ultrapassam as 2.000, produzindo a fazenda de Monte Alegre apenas 500 arrobas.

Observa-se pois, que Dr. Costa Carvalho, homem de larga visão, aceita a experiência do café - pois desde -

1826 , como vimos , tem pequena produção de café em suas terras - mas não substituí a sua lavoura de cana e a sua indústria açucareira por cafesais, terreiros e tulhas.

Ao que parece não se entregou também afoitamente a uma política imigratória que substituísse o escravo pelo imigrante. Pois, enquanto Nicolau Vergueiro preconiza uma política a favor da imigração, e organiza colônias de alemães em suas terras, o mesmo fazendo o comendador Luiz Antonio de Souza Barros, o Marquês de Monte Alegre continua a empregar escravos em seus engenhos , melhorando os métodos de trabalho com o arado.

. o (((0))) o .

Em 1857, a Câmara Municipal de Piracicaba respondendo a uma circular do Presidente da Província, afirmando ter aumentado muito a produção de café, envia uma relação de 44 engenhos (sendo 2 de Monte Alegre), sem incluir os pequenos engenhos com produção inferior a 400 arrobas de açúcar, e uma de 32 produtores de café , " não se compreendendo nessa relação mais de 10 ou 12 proprietários que estão fazendo grandes plantações e que, por ora, colhem de 200 arrobas para menos e muitos outros que estão plantando." Refere-se ainda a sete plantadores de chá. Fornece o seguinte quadro de exportação :

Fumo.....	1.300	arrobas
Peixe.....	400	"
Toucinho.....	4.000	"
Aguardente.....	5.200	barris
Porcos gordo.....	8.000	
Aves.....	10.000	
Bestas ou cavalos invernados	3.000	
Açúcar.....	120.000	arrobas
Café.....	80.000	"
Chá.....	300	"

Comparando-se este quadro com o apresentado em 1852 pelo Delegado de Polícia, pode-se perceber uma alteração na produção agrícola piracicabana, pois diminuiu a produção açucareira, em proveito da cafeeira.

O Marquês de Monte Alegre, entretanto, até sua morte em 1860 (quando deixou viúva sua segunda esposa, Dona Maria Izabel de Souza Alvim), embora se incluía entre os maiores produtores de café do município, manteve-se fiel à tradição açucareira, permanecendo o Taquaral e o Monte Alegre como centros açucareiros.

A única fazenda de Piracicaba visitada por Zaluar (ob.cit., p. 155) foi a de Monte Alegre, e eis como êle a descreve, em meados do século XIX:

"O título corresponde à beleza e amenidade do sítio, que é excessivamente pitoresco e agradável. A casa fica perto da margem do rio Piracicaba, sobre uma colina suave e rodeada pelas vastas plantações de cana, que

são quase a única cultura desta lavoura, visto existirem aí poucos pés de café. Uma horta e pomar magníficos, bem construídos e como - das senzalas, ordem, método e disciplina, é o que recomenda esta propriedade agrícola à observação do viajante, que encontra nela uma das melhores e mais produtivas do município."

Alguns anos mais tarde Piracicaba foi visitada por J.J. Tschudi, nomeado em 1860 pelo governo da Confederação Helvética, ministro plenipotenciário no Brasil. Encarregado, em missão especial, de estudar os problemas da imigração suíça, no Império, viajou pelo sul do Brasil, tendo, em então, ocasião de conhecer bem o município de Piracicaba, região onde se encontravam colônias por êle visitadas detidamente (53). Na época em que visita Piracicaba (1869) no distrito da cidade há 29 plantações de café, 6 de chá, 4 engenhos de açúcar e 4 que exploram a pecuária. Da população de 20.000 habitantes, 2 ou 3.000 residiam na cidade. Ao se dirigir para Capivarí, deixando a estrada que vai para Campinas ao Norte, Tschudi visita a "magnífica fazenda do Monte Alegre, cujas terras, destinadas ao plantio da cana de açúcar e outros vegetais, são trabalhadas com arado!"

A morte do Marquês de Monte Alegre, sem filhos, fez de Dona Izabel de Souza Alvim usufrutuária de seus bens. Casando-se mais tarde com o Dr. Antonio da Costa Pinto e Silva, parente do seu primeiro marido, as propriedades situadas em Piracicaba vão sofrer modificações quanto à posse e administração, mas não mudarão muito quanto ao tipo de lavoura e produção.

Com a morte de Dona Maria Izabel de Souza Alvim e Costa, os sobrinhos do marquês de Monte Alegre entrarão em gozo de sua herança, pois ela só tinha direito ao usufruto. José da Costa Carvalho e sua mulher Dona Gertrudes Caetana da Silva Carvalho, residentes em Araraquara, preferem, entretanto, vender os direitos que têm sobre a herança, a Carlos Morato de Carvalho, por 20:000 \$, "sendo os bens de raiz calculados em quatrocentos mil reis, cuja importância da venda recebem em títulos, sob a condição, porém, de m no caso a herança que tenha de tocar a êles, vendedores, não atingir a

(unip)
con

dita quantia em bens, ficarem na obrigação de perfazerem em dinheiro, ao comprador dito Carlos Morato de Carvalho, e sem direito algum de reclamarem qualquer excesso que haja em favor dêles vendedores, isto é, quanto ao quinhão hereditário tenham acima dessa quantia", conforme escritura de 5 de outubro de 1877.

Ao que parece, o Engenho Monte Alegre não vê muito modificadas as suas divisas, embora haja compra e venda de terras a êle anexadas, como é o caso da venda, em 1 1875 de "uma sorte de terras anexas ao Monte Alegre, neste município, no Bairro de Rio Acima, que houveram por compra, da Baronesa de Itú, e do Dr. Antonio de Aguiar e sua mulher, e da qual sorte de terras parte é já pertencente a Antonio G. Gonçalves Meira, por compra que lhe fizeram, faziam venda destas terras, por exceção feita das do dito Meira, que por êles se acham já vendidas e demarcadas, sitas à margem do Rio Piracicaba, divisando por um lado com a fazenda do Monte Alegre, por outro lado com o dito Meira e nos fundos com Lauriano Lopes, ditos Major Manoel de Campos Leite Penteado...etc(55).

Com a dissolução da herança, a fazenda de Monte Alegre passou a pertencer a Pedro Augusto da Costa Silveira e sua mulher,. Segundo os autos de demarcação amigável e entre as terras das fazendas de Monte Alegre e São João da M. Montanha (56), a f.8, em 1883; "dos títulos apresentados consta que Francisco Ferraz de Carvalho vendeu em 1825 ao falecido Marquês de Monte Alegre uma sorte de terras tendo 200 braças de frente com 750 braças de fundo; essas terras tinham pertencido a Manuel de Barros Ferraz que as dera em dote a uma filha, em fevereiro de 1819, sendo que, em 1818 era feita uma convenção entre o Rev. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel proprietário do Monte Olimpo e diversos possuidores de terras limítrofes, na margem do rio Piracicaba, dentro da sesmaria do sargento-mór Carlos Bartolomeu de Arruda, divisadas tôdas pelo rumo SE, partindo do rio, para que se dividissem, correndo o rumo do ponto da divisa da beira do rio a vento susueste (S S E) ou com pouca diferença..."

Em 1888, a fazenda Monte Alegre foi vendida pela viuva de Dr. Pedro Augusto Costa Silveira, como meeira e como tutora dos filhos herdeiros, a Joaquim Rodrigues do Amaral e Indalécio Camargo Penteado, por 150 contos de réis, (57).

Nessa época a fazenda já tinha sido aumentada com compras feitas por Dr. Costa Silveira aos proprietários da fazenda Boa Vista, contígua às terras do Monte Alegre, "a assente na margem esquerda do Rio Piracicaba, confronta sucessivamente com as seguintes propriedades: a dos sucessores de Francisco Florêncio do Amaral e sua mulher; a de Antônio Barbosa Ferraz, por compra ao Dr. João Conceição, a de Antonio de Barros Ferraz; a de José Vergílio de Oliveira Luz; a de José venâncio e outros; a de José Baptista Ramos; a de Ângelo Alves de Assumpção; a de Martinho Fischer; a de Alexandre Müller; a de Francisco Bonilha; a de Mateus, liberto; e as terras de comunhão de vários libertos que são até o rio referido, pelo lado superior, tudo conforme os títulos entregues aos adquirentes"(58).

Assim, em 1889, Joaquim Rodrigues do Amaral e Indalécio Camargo e suas mulheres requerem ao Juiz de Direito de Piracicaba a medição das terras do Monte Alegre, afim de contraírem um empréstimo junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo ou outro qualquer.

A essa época a nova legislação referente à indústria açucareira já transformara o Engenho do Monte Alegre em Engenho Central Monte Alegre.

o ((())) o

N O T A S

- 1- A representação dos moradores de Piracicaba ao capitão-geral em 17 de junho de 1816, solicitando a elevação da freguesia a vila, insiste na fertilidade das terras, afirmando já se acharem levantados 18 engenhos de cana de açúcar e mais 12 em disposição de se levantarem, com 22 fazendas de criar.
- 2- Neme, Mario - História da Fundação de Piracicaba, p. 124.
- 3- Maço dos Bens Rústicos, número 20, ano de 1818, 1ª, 2ª e 3ª Companhias da Freguesia de Piracicaba, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- 4- As informações sobre Vergueiro foram extraídas de M. Neme (ob. cit. p. 126) que por sua vez, repete Dijalma Forjaz.
- 5- Bens Rústicos, 1818 - Pertencem a Vergueiro as seguintes terras : Rio Abaixo, margem esquerda - " uma porção de terras com meia légua, mais ou menos, de fundo, que as cultivava em pasto , e as houve por compra e posse", Bairro do Ribeirão das Panelas e Norro Azul - " 800 braças de terras de testada com mil , pouco mais ou menos, de fundo, com onze escravos, em culturas com princípio de canas, com administrador, mais uma posse antiga sobre a qual pretende sesmaria, com princípio de cultura , que as houve por compra e posse"; no Bairro de Araraquara e Primerira Fazenda - " 3 léguas de campos e matas onde conserva uma fazenda de criar denominada Monjolinho, com treze escravos, reside na Freguesia e as houve por compra." Cita ainda Damião de Souza Nogueira "administrador de um sítio denominado Limoeiro, com duas léguas de testada,, duas de fundo com engenho e fábrica de açúcar, com 25 escravos pertencentes ao Coronel Luiz Antonio de Souza e ao Dr. Nicolau de Campos Vergueiro, morador nesta Freguesia e as possui por sesmaria."
- 6- Taunay, Afonso de - História do Café, vol III p, 69.

- 7- Inácio de Almeida Lara e outros, moradores na Povoação de Piracicaba, termo da Vila de Itú, noa estrada que vai para a mesma povoação, obtém , carta de sesmaria sôbre quatro ^{léguas} que se acham entre a sesmaria do sargento mór Carlos Bartolomeu de Arruda e o tenente Manoel Modesto Antonio, indo para a dita Povoação duas léguas à direita, e outro tanto à esquerda e que, além das mencionadas, querem entrar pro rata na mesma sesmaria, no sertão das ditas terras, João Dias, José Correia e Ana de Pinho " (1-4-1797, Livro nº 28 , p. 130, Dep do Arquivo do Estado.)

- 8- Bens Rústicos, 1818 - referente a "Francisco de Paula, administrador do sítio denominado Taquaral que terá de testada mais ou menos, 1.00 braças, e de fundo 2 léguas; neste terreno está dividido em 3 estabelecimentos, e 2 com criação sem escravos, e outro com engenho e 40 escravos , pertencentes à Sociedade do Coronel Luiz de Souza, que reside em S. Paulo, e Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que reside nesta, e que as houveram por compra."

- 9- Bens Rústicos , 1818 - "João Paes de Almeida, administrador do sítio denominado Monte Alegre, com um quarto de légua mais ou menos de terras de testada, e meia légua de fundo com engenho e fábrica de açúcar, tem 26 escravos, pertencentes à sociedade de Ajüdante Correia, e o Coronel Luiz Antonio de Souza ., Dr. Nicolau de Campos Vergueiro, aquêle reside na cidade de S. Paulo , êste nesta freguesia, que as houveram por compra."

- ~~9- Bens Rústicos, 1818 - cita Antonio Coelho Barbosa com uma posse, onde reside com 4 escravos, co Corumbataí.~~

- 10- Bens Rústicos ,1818- "O Cap. Bento Paes ^{de} Barros possui um sítio denominado Pinhal com 800 braças de testada com meia légua mais ou menos de fundo; pretende fabricar açúcar e cultiva com 30 escravos, reside na Vila de Itú, que as houve por compra". (Bairro do Lambari, estrada de São Carlos)." Possui ainda uma porção de terras defronte ao estabelecimento que conserva em parte que as comprou."

- 11- Dr. Costa Carvalho adquiriu ainda terras em Mombuca, de

Monjolinho, Morro Azul, Limoeiro, Monte Alegre, Taquaral e Pau Queimado representavam, pois, uma grande área das terras que, em 1822 haveriam de formar o novo município de Vila Nova da Constituição, nome ^{com} que a antiga freguesia de Piracicaba seria elevada à categoria de vila (10-1-1822), por decreto de 1821.

O distrato da sociedade Vergueiro & Souza representa, a partir de 1825, o desmembramento das terras que iriam formar, mais tarde, cerca de 3.000 propriedades rurais.

Essas e outras propriedades agrícolas têm origem no sistema de sesmarias que, introduzido no Brasil com o início da colonização portuguesa, aqui perdurou até o século XIX. Assim, de acordo com o regime de sesmarias, bastava o interessado provar ter possibilidades de povoar a terra, e meios de fazê-la produzir, e a sesmaria lhe seria concedida nos termos da lei. As sesmarias concedidas em Piracicaba não têm a área imensa das grandes propriedades do Nordeste, mas se aproximam das normas estabelecidas pela Provisão de 19 de maio de 1729 que limitou as concessões de sesmarias a três léguas de comprimento ou a três de largura e uma de comprimento, ou ainda a uma légua em quadra. De um modo geral, as sesmarias concedidas nas terras de Piracicaba não ultrapassam essa área, e a sesmaria concedida a Inácio de Almeida Lara, que mede quatro léguas em quadra, não pertencia a um, mas a vários sesmeiros, inclusive interessados que pretendiam entrar "pro rata" na mesma sesmaria. Trata-se das terras do Taquaral que, já aumentadas com o sítio do Pau Queimado, passaram a pertencer a Dr. José da Costa Carvalho.

A dissolução da sociedade e novas condições impostas pelo novo regime político instituído após a independência (7-9-1822), contribuíram para a divisão da propriedade agrícola em Piracicaba.

Pela Resolução de 14 de julho de 1822, confirmada por D. Pedro I no ano seguinte, não seriam concedidas novas sesmarias enquanto a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa não regulasse a matéria. Além disso, o antigo sistema de doação de sesmarias é substituído pelo regime de posse de terras devolutas, ao mesmo tempo que as sesmarias transmitidas a herdeiros, pelo sistema jurídico das partilhas ou meações, se fragmentarão, contribuindo para a divisão da propriedade.

A sociedade agrícola integrada por Nicolau Vergueiro e Luiz Antonio de Souza tinha reunido em uma enorme propriedade nas mãos de poucas pessoas, com um imenso capital, as terras correspondentes a várias sesmarias, formando um latifúndio, no sentido amplo da palavra, e, feito o distrato, a propriedade dividida fragmentar-se-á em várias outras.

O Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, (6) entrou para a sociedade com as fazendas de Taquaral e o Monte Alegre, obrigando-se a dar os fundos necessários para o aumento de capital, isto é, dos interesses ~~xxxxxxx~~ sociais.

O sítio de Taquaral, situado na estrada de Piracicaba para Itú, foi formado em terras da sesmaria de Inácio de Almeida Lara e Pedro Lemos de Oliveira (7), vendida a Luiz Teixeira de Toledo, foi, depois, por morte deste, arrematada em hasta pública, por 1:300\$000, por Vergueiro e Souza, a 9 de junho de 1816, conforme Auto de Arrematação no Inventário de Toledo, Cartório de 1º Ofício, Piracicaba(8).

O sítio de Monte Alegre, que pertencia ao Padre Manuel Joaquim de Amaral Gurgel, era parte da antiga sesmaria concedida ao capitão-mor Carlos Bartolomeu de Arruda,, e foi vendida à sociedade Vergueiro & Souza em 12 de agosto de 1816, por 2:500\$ (Cartório de 1º Ofício de Itu, L.22, p. 45). Situado no Bairro de Rio Acima, da freguesia de Piracicaba, tinha 700 braças de testada no mesmo rio e meia légua de sertão, ^{cu 2º aquecer} abrindo para o fundo, conforme o rumo de composição feito com José Alves (9).

Nicolau de Souza Vergueiro obteve ainda terras na sesmaria do Morro Azul (nota 5) e aí fundou o engenho de Ibicaba, incorporando-o à sociedade, juntamente com terras na vertente do Salto de Tatu. Em 1818 a sociedade adquiriu o sítio do Pau Queimado, de Antonio Coelho Barbosa e Antonio Mariano de Brito, conforme documento no Cartório de 1º Ofício de P. Feliz, L. 6, p.199, e 20lv ~~20~~, aumentando com essas terras e benfeitorias, o sítio de Taquaral.

A 30 de maio de 1819 a Brigadeiro Luiz Antonio de Souza morreu, e Vergueiro continuou a dirigir a Sociedade até 1825, residindo em Piracicaba desde 1816. O casamento de D. Genybra de Barros Leite com o Dr. José da Costa Carvalho, levou Vergueiro a dissolver a firma, fazendo-se o distrato segundo a escritura que se encontra no Cartório de 1º Ofício de São Paulo, L. 27, p.54.

A dissolução da sociedade deu a posse do Monte Alegre, Taquaral e Limoeiro a Dr. Costa Carvalho, e o Engenho de Ibicaba, e terras do Tatu a Vergueiro, terras que correspondem, em grande parte aos municípios de Limeira, Rio Claro, Araraquara. O Monjolinho foi entregue à meação dos herdeiros do Brigadeiro L. Antonio; ai se encontra grande parte da cidade de São Carlos, tendo sido desmembrado em muitas fazendas. Tais bens, avaliados na fundação da sociedade em 25:996\$100, na dissolução representavam 58:413\$000, cabendo a Souza 42:781\$967 e a Vergueiro 15:631\$831

viuva do brigadeiro Luiz Antonio de Souza

Francisco Antonio Alves, e sua mulher, de meia légua de testada por uma ds sertão. (Livro nº 1, f.87v, 1825, 1º Of. de Piracicaba) de sociedade com o Capitão Antonio Paes de Barros por 2:000 \$.

- 12- O Limoeiro é dos poucos sítios, cujas escrituras consultamos, que entre as benfeitorias citadas, apresenta casas cobertas de telhas , forradas e assoalhadas. Aí também as senzalas são cobertas de telhas. Na maioria dos sítios, a as casas são cobertas de palha ou de "bica de palmito."
- 13- Maços de População (1822 - 1828)- Constituição) Departamento do Arquivo do Estado.
- 14- Convém lembrar que tais dados se referem apenas a escrituras de compra e venda que se encontram nos Cartórios de 1º e 2º Ofício de Piracicaba. Muitas propriedades não estarão aí incluídas por não terem sido negociadas ou divididas nessa época.
- 15- Taunay, Afonso de - História do Café, Vol. III, páginas 72 e 73.
- 16- Taunay - Obra citada.
- 17- O Município de Vila Nova da Constituição já tinha, então -sofrido o seu primeiro desmembramento com a criação da Vila de Araraquara, a 10 de julho de 1832. O segundo se dará com a criação de Limeira em 1842.
- 18- Os Levantamentos de população, citando os "fogos" esclarecem, muitas vezes , que se confundem "engenho" e a própria propriedade agrícola, e, em muitos casos, os donos dos engenhos não residem nêles, mas na vila ou na capital, e os dados de produção são indicados apenas pelos administradores. (Maços de População de Constituição, 1822 - Lista Geral dos habitantes da 1ª Companhia de Ordenanças - números | 59, 132, 190, 200,223, 259, ; 1828 - idem, nos números 42, 146, 157, 158,159, D.A.E.).

- 19- Ribeyrolles, Charles - Brasil Pitoresco, volume II ,
página 45.
- 20- Taunay, Afonso de - História do Café no Brasil, volume
III, p. 106.
- 21- Zaluar, A.E. - Perigração pela Província de São Paulo
(1860- 1861), p.147
- 22- Cita a seguinte produção : Açúcar branco - 600 arrobas;
redondo - 400 arrobas, milho 400 alqueires, feijão -
84 alqueires, aguardente 40 canadas (Maço de População -
Constituição - 1824, D.A.E.) Ofício do inspetor interino
Manoel Joaquim Pinto de Arruda ao Govêrno Provincial -
(Julho de 1823), diz : "estrada que daqui segue para Ara-
raquara se acha intransitável e , sendo, aliás, o seu co-
mércio muito vantajoso a esta Vila, que pela maior parte
trabalha no fabrico do açúcar, e daquela Vila vem boiadas
que aqui se compram para o trabalho dos engenhos, além de
outros gêneros que aqui se consomem como queijo, algodões
que de lá vêm com tanta abundância que ainda se exportam
para outras vilas vizinhas ". (Ofícios Diversos - 1823 -
1830 , maço 36, pasta 1, D.A.E.)
- 23- Bens Rústicos, 1818, maço 20, D.A.E.
- 24- Maços de População - Constituição (1822-1828) D.A.E.
- 25- Ofícios Diversos de Piracicaba (1831-1836) , maço 37 , -
ex. 372 D.A.E.
- 26- Marques , M.E. de Azevedo - Apontamentos Históricos, tomo
II, página 56.
- 27- O Govêrno Provisório de São Paulo foi constituído em con-
sequência de um movimento a 23 de junho de 1821, e apro-
vado por decreto do Príncipe Regente (cf. Documentos Inte-
ressantes para a História e Costumes de São Paulo; São
Paulo, Anexo B, p. 37). Foram aclamados : Presidente -
J.C. Augusto Oeynhausen, último capitão general do Brasil,

Vice Presidente - Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, Secretário do Govêrno do Interior e da Fazenda - Martim Francisco R, de Andrada, Negócios da Guerra - Cel. Lázaro José Gonçalves; Negócios da Marinha - Chefe da Esquadra Miguel José de Oliveira Pinto, Deputados e Vogais da Junta : pelo Eclesiástico - Reverendíssimo Arcipreste Felisberto Gomes Jardim e Reverendíssimo Tesoureiro-Mor João de Oliveira Bueno; pelas Armas - Cel. Antônio Leite Pereira da Gama Lobo, e Cel. Daniel Pedro Müller, pelo Comércio Cel. Francisco Ignácio de Souza Queiroz, e Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão; pela Ciência e Educação - Rev. Padre Mestre Francisco de Paula Oliveira e Prof. André da Silva Gomes; pela Agricultura - Dr. Nicolau de Campos Vergueiro e tenente-coronel Antonio Maria Quartim.

Este Govêrno funcionou até 24 de agôsto de 1822, mäs foi extinto por carta régia de 25 de junho de 1822, segundo Azevedo Marques, ob, cit., tomo I, página - 301, sendo substituído por nôvo Govêrno Provisório composto de: Bispo D. Mateus de Abreu Pereira, Ouvidor, Geral da Capitalia José Corrêa Pacheco e Silva e Marechal de Campo Cândido Xavier de Almeida e Souza,. Este Govêrno tomou posse a 10 de setembro de 1822, servindo até 8-1- de 1823.

28- Holanda, S.B. - As Províncias do Sul, in H. Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol,2, p. 447.

29- Saint-Hilaire, 9 - Segundo Viagem à Província de São Paulo, p. 185.

30- Anexo K, Dvc.Int,, volume I, página 49.:

4

"Manda S.A.R. o Príncipe Regente pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que o Govêrno Provisório da Província de São Paulo expressa as ordens necessárias para que o Ouvidor nomeado da Comarca, José da Costa Carvalho, parta imediatamente para esta Côrte e venha apresentar-se ao mesmo Augusto Senhor, por assim ser conveniente ao Serviço Nacional e Real.

Palácio do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1882. - a - José Bonifácio de Andrada e Silva.

- 31- Holanda, S.B., obra citada, p. 447.
- 32- Neme, Mario, ob. cit. p. 154. Para maiores detalhes ver J. T.V. de Itaberá, - As comemorações da Independência do Brasil em Piracicaba, in Diário de Piracicaba, 1-8-1962.
- 33- Marques, Azevedo - ob. cit., tomo I, p. 213.
- 34- Marques, Azevedo - ob. cit. tomo I, p. 213 e 214.
- 35- Documentos Interessantes - Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, nos anos 1824-1829 - vol, 86, "Duas Palavras " por César Teixeira Penteado.
- 36- Marques , Azevedo - ob. cit. tomo I, p. 192.
- 37- Holanda, S.B. - ob. cit., p. 456
- 38- Morse, Richard M. - De Comunidade a Metrópole - p. 56.
- 39- A C.M. de Constituição decide assinar o Farol, em sessão de 9-3-1829. Um dos motivos da sessão extraordinária de 24-11-1832 será a discussão de uma circular do Governo de 20- de agosto do mesmo ano , mandando que a Câmara informe se tem cumprido com o art. 61 da Lei de 1-10 de 1828 acerca de "assinarem os Diários do Conselho Penal da Província e das Câmaras Legislativas e dos Periódicos que continham suas sessões, e no caso de não ter cumprido, que a cumpra". A comissão encarregada de dar seu parecer sobre este assunto afirma que a Câmara tem assinado o Farol e mandou buscar a Coleção dos Diários das Câmaras Legislativas que importam em 12\$000" e a Câmara há pouco tempo a esta parte deixou de assinar por

não saber quais os Diários que trazem extrato das ditas Sessões e já deliberou a êste respeito afim de não ficar a Câmara nesta falta , certificando ao Presidente que esta Câmara só deseja cumprir exzatamente com a Lei, e se tem algum êrro é nascido da falta de inteligência e não de vontade."

- 40- Maços de População - Constituição (1822 - 1824) D.A.E. Damião de Souza Nogueira - nº 132, 1ª Cia, 1822, nº 101, 1ª Cia, 1824. Antonio Correia de Almeida, nº 17 , 5ª Cia, 1824, Bernardo Guedes, nº 102, 5ª Cia, 1824.
- 41- Maços de População - Constituição (1826) - D.A.E. Antonio José da Conceição, nº 34, 1ª Companhia, Inácio Ribeiro Fernandes, nº 107, 1ª Cia, José da Rocha Camargo, nº 170, 3ª Companhia.
- 42- Maço de População - Constituição - 1828 - D.A.E. - 1ª C Companhia : Inácio José dos Reis, nº 42 - , Inácio Ribeiro Fernandes , nº 43, Manoel Caetano da Siqueira, nº 146, Antonio d'José da Conceição, nº 157.
- 43---Saint-Hilaire, *2.ª Viagem, etc*
- 44- Termo ^{de *varança*} de 6-12-1828 - Livro de Atas da C.M. de Piracicaba, 1828, f. 20. Dez anos depois (16-3-1838), offício do inspetor de estradas pede autorização para mudar o rancho de Capoeira Grande, arrematado por J.R.Cerqueira Cezar por 259\$, e tem 100 palmos de frente por 40 de largura, a pedido dos tropeiros (maço 38 - Offícios Diversos - Constituição , D.A.E.).
- 45- Sessão da C.M. de Constituição de 31-8-1829 , L. de Atas 1829 , f. 22 v.
- 46- Idem, 7-12-1829 e f. 31.
- 47- Correspondência Oficial da C.M. de Constituição (1829-1839).

- 48- Ata da sessão de C.M. de 9-10-1830, L. Atas - 1830, f. 180
- 49- Zaluar, ob. cit. p. 155.
- 50- Correspondência Oficial da C.M. (1839-1855), f.163. Ofício ao Presidente da Província, 25-1-54.
- 51- Tschudi, J.J. von - Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. e S. Paulo, p. 198.
- 52- Ofícios Diversos - Piracicaba (1844-1852) , maço 39, D.A.E. Relação das estradas , pontes, obras públicas, exportação, -engenhos de açúcar, fazendas de café e chá, população e número de escravos.
Eis o quadro de exportação da Vila Nova de Constituição - em 1852 :
- | | |
|--------------------------------|-----------------|
| fumo..... | 1.300 arrobas |
| peixe sêco..... | 400 " |
| toucinho..... | 4.000 " |
| aguardente..... | 5.800 barris |
| porcos gordos..... | 8.000 |
| aves..... | 1.000 |
| bestas e cavalos invernados... | 2.300 |
| açúcar..... | 160.000 arrobas |
| café..... | 12.500 " |
| chá..... | 10.000 libras |
- (Tudo por cálculos aproximados, sem se ter em conta outros gêneros) cf. Relatório do Delegado de Polícia ao Governo Provincial, em 1852.
- 53- Tschudi, J.J. - Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo, p. 197.
- 54- Livro de Notas nº 35, 1º Ofício- Piracicaba, f. 8.
- 55- L. de Notas nº 29, 1º Ofício, Piracicaba, f.62 (30 de agosto de 1875.)

- 56- Autos Cíveis de demarcação de limites amigável - 1883 -
Cartório de 1º Ofício, Piracicaba, Lata 48.
- 57- Conforme escritura no Cartório de 2º Ofício, Livro de No-
tas nº 51, f, 1ª a 10 v, 6-10-1888.
- 58- Autos cíveis de divisão amigável da fazenda Monte Alegre,
1889 , Cartório de 1º Ofício, Piracicaba, Lata 33.

o (((0))) o (((0))) o

o

Entretanto, um movimento de aglutinação de terras há de se realizar, quando um terceiro elemento de ampla visão vai se projetar, não apenas no cenário rústico e pobre de Vila Nova da Constituição, mas no amplo cenário da política nacional - o Dr. José da Costa Carvalho, baiano de nascimento, integrado na política paulista e nacional, cujo casamento com D. Genebra de Barros Leite, viuva do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, o levará a possuir imensas glebas na região de Piracicaba.

Mais político e homem da cidade do que lavrador, mais jornalista e homem de partido do que fazendeiro e homem da terra, foi, todavia, em grande parte, responsável pelo surto agrícola piracicabano, concorrendo com seus recursos financeiros e dotes de inteligência, para a formação de magnífica propriedade agrícola, procurando não apenas aumentar as terras, mas também a área produtiva das mesmas.

Na vizinhança do Monte Alegre, Antonio da Cunha Ferraz e sua mulher possuíam terras na margem esquerda do Rio Piracicaba, dividindo ^{ao} fundo e ao lado com o Monte Alegre, terras que eles tinham comprado de José Alves da Siquira e que dividiam do lado de baixo com Bernardo da Costa. Em 23 de julho de 1824 Dr. Costa Carvalho e sua mulher compram essas terras que tinham 500 braças de fundo, com suas benfeitorias, por 1:200\$ (Livro de Notas n. 1, f. 56 v, Cart. de 1º Ofício, Piracicaba).

No ano seguinte Dr. Costa Carvalho aumenta suas terras com a compra de um sítio à beira do Rio Corumbataí. Trata-se da metade de um sítio e engenho da Boa Esperança, pertencente a Bento Dias Leite e sua mulher. Estes tinham comprado toda a propriedade do sargento-mor Domingos Soares de Barros e do Ajudante Manuel Duarte Novais, e venderam (cf. escritura no Liv. de Notas n. 1. f. 76, 1º Tab. de Piracicaba) metade dela, inclusive a metade dos móveis, ferramentas, bois, criações, lavoura, mantimentos e ainda um escravo de nome Antonio Congo e a metade de outro de nome José, a Dr. José da Costa Carvalho, por 3:500\$.

Da antiga sesmaria de Carlos Bartolomeu de Arruda, Bernardo da Costa e sua mulher tinham comprado um sítio com 500 braças de ~~testada~~ ^{mais} ~~admsis~~ ou menos, e 400 braças de fundo. Tais terras eram vizinhas do Monte Alegre e se situavam à margem esquerda do Rio Piracicaba. Em 31 de dezembro de 1826 eles venderam suas terras a Cr. Costa Carvalho por 800\$ (cf. Liv. de Notas n. 2, f. 17, 1º Of. de Piracicaba). Havia nesse sítio " dois lanços de casas cobertas de palha, seus arvoredos de espinhos, 16 alqueires cultivados mais ou menos ", e nessa venda estava incluída também uma escrava viuva.

4049

Dr. Costa Carvalho e sua mulher tinham comprado do reverendo José Galvão da França e Antonio Galvão de França (sesmaria concedida a 25+ 10:-1816), terras de sesmaria no Corumbataim de sociedade com o capitão Bento Paes de Barros (10). Dissolvida a sociedade, tais terras passaram a pertencer aos Costa Carvalho, que as venderam por 1:210\$ a Antonio de Arruda Leme (Liv. de Notas n. 3, f. 6v ⁹⁴ 1º Of. de Piracicaba). Tais terras mediam 1747 braças quadradas, "quadrando para o sertão!"

Não foram, porém, apenas as terras vizinhas do Monte Alegre que os Costa Carvalho compraram. O Taquaral, que já tinha sido aumentado com o sítio do Páu Queimado, comprado a Antonio Coelho Barboza e Antonio Mariano de Brito, também tem sua área acrescida com a anexação, ^{em 1825} de um sítio comprado pelos seus proprietários, de Pedro Ferraz Castanho, com 420 braças de testada por um quarto de sertão, por 153\$600. (cf. Livro de Notas n. 1, f. 85, 1º Of. de Piracicaba), ~~em 1825~~. No mesmo ano eles adquiriram ^{em} de Inácio Francisco de Amaral Gurgel, uma ~~área de 400~~ ~~xxxxxxxxxxxx~~ área de 400 braças de testada por 550 de fundo situada no ~~bairro~~ bairro do Páu Queimado, por 64\$ (Livro de Notas n. 1, f. 90 v, 1º Of. de Piracicaba). Ambos os sítios dividiam com terras de Dr. José da Costa Carvalho, e trouxeram, assim, aumento à Fazenda do Taquaral. A esta será anexada, em 1827, mais uma área de 150 braças de testada por um quarto de sertão, comprada por 50\$ (Liv. de Notas n. 2, f.38v, 1º Of. de Piracicaba).

Convém, entretanto, lembrar que não se trata apenas de compra de terras, mas também de benfeiterias, como moinho, casas cobertas de telhas, áreas cultivadas.

Assim, as aquisições de Dr. José da Costa Carvalho refazem uma grande propriedade agrícola; Monte Alegre e Taquaral serão o embrião da atual Usina Monte Alegre (11). Além destas, há ainda as terras do Engenho do Limoeiro de que Dr. C. Carvalho venderá uma parte em 1846, no valor de 3:000\$ a Manuel Barbosa Pires (Liv. de Notas n. 7, f.108, 1º Of. de Piracicaba). (12).

66

Nos anos que ficam entre 1822 e 1840 desenvolve-se um grande movimento de vendas de terras, especialmente à beira rio, como se verifica nos Livros de Notas dos Cartórios de 1º Ofício de Piracicaba.

Segundo a estatística de Daniel Pedro Müller, e em 1836, citada por Mário Neme, Piracicaba possuía, em 1836 78 engenhos com uma produção de 115.609 arrobas de açúcar, Embora a lavoura de café já representasse, a essa altura, - uma excelente fonte de recursos para a Província de S. Paulo, a região de Piracicaba continua como grande produtora de - açúcar e aguardente, muito embora não se possa afirmar que haja uma monocultura canavieira, pois o que se vê nos seus quadros de população apresentados às autoridades pelas Companhias de Ordenanças, é antes uma amostra de policultura, uma economia mixta, pois, de um modo geral, se os senhores de engenho produzem razoável quantidade de açúcar branco, mascave e redondo, e muitas canadas de aguardente, também - produzem, quase que invariavelmente, milho, feijão, além de pequena quantidade de arroz, criações e, em alguns casos algumas arrobas de algodão.(13).

No Bairro do Taquaral são negociados oito sítios em torno da fazenda do Dr. C. Carvalho. No Bairro do Rio - Acima, nas vizinhanças de Monte Alegre, são negociadas também oito fazendas, entre elas um engenho. Às margens do rio Corumbataí identificam-se dezenove propriedades, sendo cinco engenhos.(14).

Vê-se assim, que as terras se prestam, com sucesso, à lavoura da cana. De 1813 a 1825 já se constata o grande surto da lavoura cafeeira paulista, pois a exportação passa de 9.223 arrobas a 141.663 embora o açúcar continue a ser o primeiro produto de exportação, com 343.524 arrobas(15). E Piracicaba, só em 1826 encontraremos uma referência a seis arrobas, e em 1828 a 8 arrobas de café, em terras de Dr. Costa Carvalho.

Aliás, nas vilas do Ocidente da capital paulista (16), Jundiaí, S. Carlos, Capivarí, Pôrto Feliz, Constituição, naquela época o açúcar era o principal ramo do comércio, a cana a principal cultura (17). E como nas outras zonas açucareiras do Brasil, o nome de "Engenho" estendia-se ao conjunto da propriedade, isto é, "sítio e terras", cobres, fábrica de açúcar, monjolo, casas e senzalas (18). E nessas terras os processos de cultura ainda eram os adotados pelos

indígenas brasileiros, como a queima e a roçada; Ribeyrollos (19) referindo-se às explorações agrícolas do sistema brasileiro, em meados do século XIX, classifica-as em dois grupos — gêneros alimentícios e gêneros de exportação. Cita, entre os primeiros, a mandioca, o feijão, o milho e o arroz, e entre os segundos, o café, o açúcar, o algodão, couros, aguardentes e madeiras. "Num terreno bem preparado, isto é, bem queimado, o milho e o feijão são plantados nos intervalos de cana ou do café."

Vila Nova da Constituição situa-se, pois, entre os principais produtores de um gênero de exportação, que é o açúcar; segundo os dados fornecidos por Daniel Pedro Müller, citados por A. Taunay (20), no Oeste, em 1836, imperava o açúcar :

Campinas.....	83 engenhos e 9 fazendas
Itu.....	93 engenhos
Mogi-Mirim.....	35 engenhos
Capivari.....	29 engenhos
Piracicaba.....	78 engenhos

Excluindo-se Campinas, não havia fazenda de café ainda nesses municípios. Um exame de escrituras passadas no 1º Tabelionato de Piracicaba mostra que o café consta tardiamente das "benfeitorias das fazendas". Assim, em 94 escrituras relacionadas de 1839 a 1850, só há uma referência a café. Trata-se de um sítio situado em Campinas (Mombuca) que, — além de café, tem uma fábrica de açúcar, e foi trocado por um sítio em Constituição (Serrote).

Em meados do século XIX a paisagem rural piracicabana ainda é tipicamente canavieira. Nos papéis registrados nos cartórios não há referências a cafezais ou " pertences " ligados à produção cafeeira. Citam-se benfeitorias em geral, "cobres" e demais utensílios pertencentes à lavoura canavieira. O mesmo se dá com os inventários dessa época de que constam caixões de açúcar, esfriadeiras, alambiques. Pode-se afirmar que na paisagem de Constituição predomina o verde claro dos canaviais, alternado com pastagens e roças de milho, feijão, arroz, bananais, algodão, ao lado do verde carregado da vegetação natural que teria madeira de lei em abundância — é o que se depreende dos tipos de divisas citados nas escrituras, pois os marcos das propriedades são jequitibás, guaran-

tãs, cabrevas, perobas, e da leitura de livros de viagens como o de Zaluar (21). Viajando pela província de S. Paulo, anos mais tarde, Zaluar ainda se refere a matas da região de Piracicaba, onde "se bem que a maior parte das árvores seculares tenha sido derrubada pelos exploradores da indústria, e ainda estas brenhas conservam a magestade da grandeza nativa"; observa o frondoso jequitibá, a colossal peroba de rugosa casca, a figueira bravia, e outras mais. E se maravilha com a -
côr da terra, contrastante e seu aspecto avermelhado com o verde da vegetação. (~~p. 147~~).

Os engenhos têm, em geral, maior número de escravos do que as outras fazendas da região, segundo se deduz dos Levantamentos da População. Em 1824, o administrador do engenho do Dr. Costa Carvalho, Damião de Souza Nogueira, tem a seu cargo 28 escravos e 2 agregados, enquanto Araraquara, região de campos e matas, com predominância de fazendas de criar, apresenta menor porcentagem de escravos (22)

Damião de Souza Nogueira, natural de Minas, já era administrador de Limoeiro em 1818, propriedade que, segundo suas declarações, tinha duas léguas de testada por duas de sertão, com engenho e fábrica de açúcar, e 25 escravos (23).

Em 1828, outro administrador de fazenda de Dr. C. Carvalho, Manuel Caetano de Siqueira, com 9 escravos, declara produzir 130 alqueires de milho, 130 cabeças de gado, 13 porcos, e 2 cavalos, enquanto um e outro administrador do mesmo, declara que produziu: "açúcar branco - 456 arrobas; redondo - 754 arrobas; mascavo - 226 arrobas; milho - 1.000 alqueires, café - 8 arrobas; éguas - 50; cavalos + 5; bois 69; porcos 100. Um outro administrador de engenho de Dr. C. Carvalho, - Antônio José da Conceição, com 45 escravos produziu: açúcar branco - 800 arrobas, redondo - 800 arrobas, mascavo - 250 arrobas, milho - 1.500 alqueires, feijão - 120 alqueires, - arroz - 50 alqueires, porcos - 90. (24).

Em 1833, um administrador dos Engenhos Monte Alegre e Monte Olimpio afirma que há nêles "mais de 157 escravos, havendo necessidade de muita diligência e constante atividade e assistência naquelas fazendas". (25).

§§§§§

Entretanto, segundo um hábito mais ou menos generalizado entre os senhores de engenho, Dr. José da Costa Car-